

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Memória das lutas operárias

**A GREVE DOS TRABALHADORES RURAIS
DE PERNAMBUCO
1979**

Publicação original: Revista Contraponto do Centro de Estudos Noel Nutels,
vol. 04, nº 04, jan./jun. de 1980.

Documento digitalizado em: 10.2013

Fonte: Acervo Centro de Estudos Victor Meyer

A greve dos trabalhadores rurais de Pernambuco*

"Minha gente vamos ver esta greve em que vai dar ou paga o nosso DIREITO ou a empresa vai fechar que o trabalhador rural não faz para desmanchar.

Quem quer greve é a fome que nós não vamos aguentar o salário muito pouco não dá para nós passar ou dá o valor que nós tem ou a greve não acabará.

Os patrões vá desculpando tudo que eu vou descrever esta greve que fazemos a culpa está em você pague os direitos certo e outra greve não vai ter".

(Versos de Edite Alves da Silva, São Lourenço da Mata)

Na zona canavieira é assim: toda vez que o salário aumenta, os patrões aumentam as tarefas.

Salário mínimo é salário de fome. Não dá para manter uma só pessoa, quanto mais uma família. Cada vez que o salário aumenta, a tarefa espicha, a diária encolhe...

Os trabalhadores são obrigados a trabalhar dois dias para ganhar um. Perdem o domingo remunerado e outros direitos. Só depois de muito custo é que ganham na Justiça. Assim mesmo na base do acordo.

Uma situação dessas não podia durar toda a vida. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Não adianta sair das garras de um patrão para ser engolido por outro. Cruzar os braços e ficar com o mesmo patrão, também não resolve.

O certo mesmo é todos os trabalhadores se juntarem para enfrentar a classe patronal.

E na zona canavieira os trabalhadores estavam dispostos a defender seus direitos.

A PREPARAÇÃO DO MOVIMENTO

Desde o ano passado que as Entidades Sindicais se preparam. Fizeram muitas reuniões e encontros de trabalhadores com as Diretorias dos Sindicatos, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

O movimento tinha de ser bem preparado, bem ensaiado. Tudo foi feito de acordo com a Lei de Greve. É uma lei muito dura, difícil de ser obedecida. Mas os trabalhadores organizados conseguem até o impossível.

Nas reuniões de cada Sindicato, os trabalhadores diziam o que queriam exigir dos patrões. Tudo ia

* Este artigo foi extraído do "O Vagalume", jornal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco nov./dez. 1979.

sendo anotado. Depois os Sindicatos faziam as reuniões para juntar as exigências.

O que vinha de um Sindicato completava o que vinha dos outros.

Assim, foi formado um feixe bem amarrado com todas as reivindicações. Esse feixe foi o Documento de Reivindicações.

As assembleias e a votação

Pela Lei, o Documento de Reivindicações tem que ser aprovado em assembleia geral, por meio do voto secreto. Exige, também, um *quórum* mínimo para fazer a assembleia.

Todos os Sindicatos que entraram no movimento fizeram suas assembleias. Deu gente de sobra. O Documento foi lido e explicado, ponto por ponto. Era um diretor do Sindicato que fazia isso. Parava em cada ponto. Perguntava se todos tinham entendido e se estavam de acordo, se queriam acrescentar ou tirar alguma coisa. Todos estavam de acordo. E não podia ser de outro jeito, pois o documento foi feito pelos trabalhadores. A assembleia era só para cumprir a lei.

A votação foi feita e as urnas ficaram cheias. Uma autoridade do Ministério Público do Trabalho fez a apuração. Se cansou de tanto contar SIM.

Os trabalhadores deram uma grande prova de união e organização.

De acordo com a Lei, os patrões foram avisados e tinham que dar uma resposta em 5 dias.

A greve

No dia 23 de setembro, o Sindicato de São Lourenço da Mata e o Sindicato de Paudalho fizeram suas assembleias. Os outros 22 Sindicatos marcaram as assembleias para o dia 30 de setembro.

Assim, o tempo corria mais ligeiro para São Lourenço e Paudalho.

Os patrões foram avisados no dia 26 de setembro. Se não aceitassem o cumprimento das exigências, os trabalhadores iam fazer GREVE no dia 2 de outubro.

Os Sindicatos já tinham cumprido o traçado na Lei. A Lei também marca as obrigações dos patrões. Eles não obedeceram.

No dia 2 de outubro, os 2 Sindicatos deram o grito de GREVE.

O campo amanheceu parado, Ia ficar parado por quantos dias?

Quantos fossem precisos. Até que os patrões atendessem às reivindicações.

Uma tentativa frustrada dos usineiros para enfraquecer o movimento, ocorreu em São Lourenço da Mata. A Usina Bulhões trouxe trabalhadores de Jaboatão para substituir os grevistas. Estes fizeram finca-pé e disseram: "Aqui ninguém trabalha. A gente tá cumprindo a lei. A nossa greve não é de brincadeira". O patrão correu para dar parte na Delegacia do Trabalho. A Delegacia marcou a reunião e o Sindicato de São Lourenço, a FETAPE e a CONTAG compareceram. Terminaram convencendo as autoridades de que o patrão não podia levar trabalhadores para ocupar o lugar dos grevistas. Caso desobedecesse, a greve ia explodir logo em Moreno e Jaboatão.

Essa verdade falou mais alto. O patrão entendeu e não tentou fazer mais agitação.

Era preciso sustentar a greve, sem que o povo morresse de fome. Foi formada uma comissão só para tratar de conseguir ajuda. E veio ajuda de outros Sindicatos de Pernambuco, de outras Federações. Os pequenos produtores da região do Agreste e do Sertão enviaram gêneros alimentícios e donativos para formar um fundo de greve. A união dos trabalhadores e essas ajudas. . . dava para muita greve.

As negociações e os resultados

No dia 4 de outubro começaram as reuniões para negociar uma saída, para não sair mais greve.

Tem muita gente que diz que ninguém pode com patrão, que quem manda é o dinheiro. Quem fala assim não conhece a força que têm os trabalhadores unidos e organizados. A greve é o melhor remédio para a brabeza dos patrões. Greve é o que amansa patrão.

Faziam parte dessas reuniões os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a FETAPE, a CONTAG, as entidades patronais, a Delegacia Regional do Trabalho, um representante que veio diretamente do Ministério do Trabalho, o Superintendente do INAMPS e o Secretário de Ação Social de Pernambuco. Foram 60 horas de reunião.

Os trabalhadores não conseguiram tudo que exigiram. Mas conquistaram direitos como há 15 anos não se via.

Todos esses direitos ficaram por escrito num documento assinado pelos Sindicatos dos Trabalhadores e pelos Sindicatos dos Patrões, tendo as autoridades do Ministério do Trabalho como testemunhas e como garantia.

Esse derradeiro documento é a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**. Por esse documento, os patrões da zona canavieira ficaram obrigados entre outras coisas, a:

- aumentar o salário (o aumento foi de 52%);
- pagamento dos dias não trabalhados por motivo de doença;
- pagamento quando o trabalhador se acidenta. Depois os patrões receberiam do FUNRURAL;
- respeitar o direito de sítio para lavoura de subsistência
- (de acordo com a “Lei dos 2 hectares” — Decreto nº 57.020);
- tabela reguladora de todas as tarefas do plantio e do corte da cana;
- os Sindicatos têm direito de criar delegacia sindical nos engenhos e nas usinas;
- moradia gratuita para os trabalhadores com condições de higiene e segurança;
- escola nos locais de trabalho para as crianças;

A efetivação desses direitos implica na melhoria das condições de vida e trabalho dos assalariados rurais da zona canavieira.

No entanto, decorridos já alguns meses da greve vitoriosa, os patrões insistem em não cumprir a Convenção Coletiva.

Por isso, os trabalhadores rurais continuam unidos e mobilizados junto à suas entidades representativas e dispostos a brigar para tornar realidade suas conquistas. “... Os patrões vá desculpendo. . . pague os direitos certo e outra greve não vai ter”.